

**LEI MUNICIPAL Nº. 410 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021.**

***“DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE RATEIO DAS SOBRAS DE RECURSOS FINANCEIROS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB REFERENTE A LEI FEDERAL Nº 14.113/2020, PARA CONCESSÃO DE ABONO A TODOS OS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM EFETIVO EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE ITAPAGIPE/MG”.***

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPAGIPE/MG**, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Orgânica do Município, encaminha o seguinte Projeto de Lei para apreciação e deliberação da Câmara Municipal de Vereadores:

**Art. 1º** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder abono das sobras dos recursos financeiros do FUNDEB, referente a Lei Federal nº 14.113/2020, para todos os profissionais remunerados pelo FUNDEB no Município de Itapagipe/MG que estejam em efetivo exercício de suas atividades.

§ 1º Consideram-se profissionais em efetivo exercício aqueles em atuação efetiva no desempenho das atividades junto à Secretaria Municipal de Educação e que são remunerados pelo FUNDEB, seja na fonte 70% seja na fonte 30%, associada à sua regular vinculação contratual com o Município Itapagipe/MG, estatutária ou temporária, não sendo descaracterizado por eventuais afastamentos temporários previstos em Lei, com ônus para o Município, que não impliquem em rompimento da relação jurídica existente.

**Art. 2º** O abono deverá ser calculado dividindo-se o valor original das sobras do FUNDEB pela quantidade de servidores habilitados a recebê-lo e número de cargos, conforme os meses trabalhados em efetivo exercício e cada servidor receberá uma parcela por cargo exercido.

**Art. 3º** O abono e o pagamento tratados por esta Lei são transitórios e não se incorporam à remuneração do servidor para qualquer efeito, tampouco refletem em qualquer outro benefício ou acréscimo.

**Art. 4º** Os critérios do pagamento deverão contar com a aprovação do conselho do CACS/FUNDEB.

**Art. 5º** Fica compatibilizada e atualizada a Lei Orçamentária Anual de 2021, Lei Municipal n.º 329 de 09 de dezembro de 2020 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Municipal n.º 331 de 09 de dezembro de 2020 em consonância com as alterações da presente Lei.

**Art. 6º** Farão face às despesas previstas nesta Lei Recursos do Orçamento vigente.

**Art. 7º** Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapagipe– MG, 22 de dezembro de 2021.

**RICARDO GARCIA DA SILVA**  
**Prefeito**